

MPV - 410/07

00031

Hermes / Mat. 17775

Autor: Deputado Rodrigo Rollemberg N.º Prontuário: 416 Página: 1/1 Artigo: 14-A Parágrafo: 3º Inciso: Allinea: TEXTO Dê-se ao § 3º do art. 14-A, acrescido pelo art. 1º à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, a seguinte redação: "Art. 14-A	APRESENTAÇÃO DE EMENDAS			
Aditiva 5. Substitutiva 3.x Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutiva/Global Página: 1/1 Artigo: 14-A Parágrafo: 3º Inciso: Alinea: TEXTO Dê-se ao § 3º do art. 14-A, acrescido pelo art. 1º à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, a seguinte redação: "Art. 14-A	Data: 11/02/2008	Proposição: Med	dida Provisória nº 410, de 2007.	
Página: 1/1 Artigo: 14-A Parágrafo: 3° Inciso: TEXTO Dê-se ao § 3° do art. 14-A, acrescido pelo art. 1° à Lei n° 5.889, de 8 de junho de 1973, a seguinte redação: "Art. 14-A	Autor: Deputado Rodrigo Roller	N.º Prontuário: 416		
TEXTO Dê-se ao § 3º do art. 14-A, acrescido pelo art. 1º à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, a seguinte redação: "Art. 14-A	1. Supressiva 2. Substitutiva	3. x Modificativa 4.	Aditiva 5. Substitutiva/Global	
Dê-se ao § 3º do art. 14-A, acrescido pelo art. 1º à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, a seguinte redação: "Art. 14-A	Página: 1/1 Artigo: 14	I-A Parágrafo: 3	3º Inciso: Alínea:	
§ 3º O contrato de trabalhador rural por pequeno prazo deverá ser anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social e em Livro ou Ficha de Registro de Empregados." JUSTIFICAÇÃO O dispositivo emendado contém um estranho e inaceitável paradoxo, ao legitimar a informalidade no trabalho rural. Permitir que os empregadores do campo tenham amparo na legislação para impedir que os trabalhadores da área tenham acesso aos direitos previstos no ordenamento jurídico é dar razão a desvios de conduta ao invés de combatê-los. Ainda que se trate de aproveitar a força de trabalho durante pequeno prazo, o mínimo que o Estado pode e deve exigir é o reconhecimento da relação empregaticia por parte de quem dela se aproveita, sob pena de não haver como fiscalizar o efetivo cumprimento das garantias legais. Para sanar o problema, propõe-se promover a adoção de caminho contrário ao pretendido no texto original. Ao contrário de se eximir o empregador da obrigação de registrar a contratação por curto prazo, tal mister lhe deve ser imposto, até para viabilizar a fiscalização acerca da regularidade do contrato. Por tais motivos, pede-se o endosso dos nobres Pares à presente iniciativa.	ТЕХТО			
deverá ser anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social e em Livro ou Ficha de Registro de Empregados." JUSTIFICAÇÃO O dispositivo emendado contém um estranho e inaceitável paradoxo, ao legitimar a informalidade no trabalho rural. Permitir que os empregadores do campo tenham amparo na legislação para impedir que os trabalhadores da área tenham acesso aos direitos previstos no ordenamento jurídico é dar razão a desvios de conduta ao invés de combatê-los. Ainda que se trate de aproveitar a força de trabalho durante pequeno prazo, o mínimo que o Estado pode e deve exigir é o reconhecimento da relação empregatícia por parte de quem dela se aproveita, sob pena de não haver como fiscalizar o efetivo cumprimento das garantias legais. Para sanar o problema, propõe-se promover a adoção de caminho contrário ao pretendido no texto original. Ao contrário de se eximir o empregador da obrigação de registrar a contratação por curto prazo, tal mister lhe deve ser imposto, até para viabilizar a fiscalização acerca da regularidade do contrato. Por tais motivos, pede-se o endosso dos nobres Pares à presente iniciativa.	8 de junho de 1973, a seguinte r	edação:		
USTIFICAÇÃO O dispositivo emendado contém um estranho e inaceitável paradoxo, ao legitimar a informalidade no trabalho rural. Permitir que os empregadores do campo tenham amparo na legislação para impedir que os trabalhadores da área tenham acesso aos direitos previstos no ordenamento jurídico é dar razão a desvios de conduta ao invés de combatê-los. Ainda que se trate de aproveitar a força de trabalho durante pequeno prazo, o mínimo que o Estado pode e deve exigir é o reconhecimento da relação empregatícia por parte de quem dela se aproveita, sob pena de não haver como fiscalizar o efetivo cumprimento das garantias legais. Para sanar o problema, propõe-se promover a adoção de caminho contrário ao pretendido no texto original. Ao contrário de se eximir o empregador da obrigação de registrar a contratação por curto prazo, tal mister lhe deve ser imposto, até para viabilizar a fiscalização acerca da regularidade do contrato. Por tais motivos, pede-se o endosso dos nobres Pares à presente iniciativa.				
O dispositivo emendado contém um estranho e inaceitável paradoxo, ao legitimar a informalidade no trabalho rural. Permitir que os empregadores do campo tenham amparo na legislação para impedir que os trabalhadores da área tenham acesso aos direitos previstos no ordenamento jurídico é dar razão a desvios de conduta ao invés de combatê-los. Ainda que se trate de aproveitar a força de trabalho durante pequeno prazo, o mínimo que o Estado pode e deve exigir é o reconhecimento da relação empregatícia por parte de quem dela se aproveita, sob pena de não haver como fiscalizar o efetivo cumprimento das garantias legais. Para sanar o problema, propõe-se promover a adoção de caminho contrário ao pretendido no texto original. Ao contrário de se eximir o empregador da obrigação de registrar a contratação por curto prazo, tal mister lhe deve ser imposto, até para viabilizar a fiscalização acerca da regularidade do contrato. Por tais motivos, pede-se o endosso dos nobres Pares à presente iniciativa.	l .			
pretendido no texto original. Ao contrário de se eximir o empregador da obligação de registrar a contratação por curto prazo, tal mister lhe deve ser imposto, até para viabilizar a fiscalização acerca da regularidade do contrato. Por tais motivos, pede-se o endosso dos nobres Pares à presente iniciativa. Assinatura	informalidade no trabalho rura amparo na legislação para imp direitos previstos no ordenamen combatê-los. Ainda que se tra prazo, o mínimo que o Estado empregatícia por parte de que	m um estranho e in al. Permitir que os edir que os trabalha to jurídico é dar raza te de aproveitar a o pode e deve exi em dela se aprove	empregadores do campo termam adores da área tenham acesso aos ão a desvios de conduta ao invés de força de trabalho durante pequeno gir é o reconhecimento da relação eita, sob pena de não haver como	
Assinatura Subsecretaria de Apoio às Comissoess.ias	pretendido no texto original. Ac registrar a contratação por cu viabilizar a fiscalização acerca d	o contrário de se ex irto prazo, tal mist la regularidade do c	rer lhe deve ser imposto, até para ontrato.	
Recebido em 1(102/2008 as 17 20	Assinatura Ply			